



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - MÁFIA DAS ÓRTESES E PRÓTESES NO BRASIL			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 0224/15	DATA: 07/04/2015	
LOCAL: Plenário 11 das Comissões	INÍCIO: 14h55min	TÉRMINO: 16h17min	PÁGINAS: 35

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO

Definição do roteiro de trabalho do Relator e deliberação de requerimentos.

OBSERVAÇÕES

Há orador não identificado em breve intervenção.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a cartelização na fixação de preços e distribuição de órteses e próteses, inclusive, com a criação de artificial direcionamento da demanda e captura dos serviços médicos por interesses privados — Máfia das Órteses e Próteses no Brasil (CPI — Máfia das Órteses e Próteses no Brasil).

Informo aos Srs. Parlamentares que foi distribuída cópia da Ata da 1ª Reunião. Sendo assim, indago se há necessidade de sua leitura.

O SR. DEPUTADO RICARDO IZAR - Peço a dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Dispensada a leitura da ata, por solicitação do Deputado Ricardo Izar.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem a queira discutir, coloco-a em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovada a ata.

Expediente

Comunico aos Srs. Deputados o recebimento dos seguintes expedientes:

Ofício do Diretor de Consultoria Legislativa da Casa, indicando o Consultor Legislativo, Dr. Gustavo Silveira Machado, para prestar assessoramento técnico-legislativo a esta CPI;

Ofício do Deputado Rogério Rosso, Líder do PSD, indicando o Deputado Ricardo Izar, do PSD de São Paulo, para concorrer ao cargo de 1º Vice-Presidente da CPI;

Ofício do Deputado Paulo Foletto, Vice-Líder do PSB, indicando o Deputado Paulo Foletto, do PSB do Espírito Santo, para concorrer ao cargo de 1º Vice-Presidente da CPI;

Ofício do Deputado Wellington Roberto, 1º Vice-Líder do PSD, indicando o Deputado Dr. João, do PP do Rio de Janeiro, para concorrer ao cargo de 1º Vice-Presidente da CPI.

Informação sobre a eleição dos Vice-Presidentes



Antes de iniciar a apreciação da pauta de hoje, gostaria de prestar esclarecimentos a V.Exas. sobre a eleição para o cargo de 1º, 2º e 3º Vice-Presidentes da CPI.

Conforme lido no Expediente, houve três indicações para os cargos de Vice-Presidentes. Porém, todas se referiram ao cargo de 1º Vice-Presidente.

Em razão disso, indago aos nobres Parlamentares que foram indicados se há consenso, para que na ordem em que foram colocados os expedientes possamos indicar: o 1º Vice-Presidente, Deputado Ricardo Izar; o 2º Vice-Presidente, Deputado Paulo Foletto; e o 3º Vice-Presidente, Deputado Dr. João, para que a gente possa fazer a votação hoje. Se acaso não ocorrer esse consenso, a gente posterga a eleição dos 1º, 2º e 3º Vice-Presidentes da CPI para a próxima reunião.

O Deputado Paulo Foletto, está de acordo. O Deputado Dr. João está de acordo.

Marcaremos a votação para a próxima reunião, porque vai ter que ser em urna eletrônica. Vamos fazer a cédula para a próxima reunião, ficando o Deputado Ricardo Izar, como 1º Vice-Presidente, o Deputado Paulo Foletto, como 2º Vice-Presidente, e o Deputado Dr. João, como 3º Vice-Presidente. Nós vamos ter que aguardar a manifestação dos nobres Deputados e das nobres Deputadas na urna eletrônica, na próxima sessão, para que a gente possa empossá-los.

Ordem do Dia.

A presente reunião destina-se à:

A - Definição do roteiro de trabalho do Relator; e

B - Deliberação de requerimentos.

A - Definição do roteiro de trabalho

Antes de franquear a palavra ao Sr. Relator André Fufuca, do DEM do Maranhão, esta Presidência gostaria de reiterar alguns procedimentos que auxiliarão no desenvolvimento das atividades da Comissão.

Sendo assim, solicito aos Srs. Deputados que, sempre que desejarem sugerir nomes para oitivas ou inquirições e tomar depoimentos de autoridades a serem ouvidas em audiência pública, apresentem requerimentos por escrito, determinando a condição em que o depoente comparecerá à reunião (lembrando que autoridades



e outros palestrantes poderão ser convocados ou convidados e que testemunhas e investigados serão intimados na forma da lei).

No tocante aos requerimentos de diligências, requisições de documentos e requerimentos que solicitem quebra de sigilo, além de outras medidas previstas na lei processual penal, estes deverão ser encaminhados com as respectivas motivação e fundamentação, justificando a real necessidade da medida.

Os requerimentos deverão ser encaminhados até o dia anterior à data das reuniões à Secretaria da Comissão, na sala nº 165-B, do Anexo II, para serem numerados e publicados na Ordem do Dia.

A apreciação de requerimento extrapauta só será possível quando antecedida de aprovação por maioria absoluta dos membros da Comissão, em votação nominal de outro requerimento formulado com um terço de seus membros, solicitando tal procedimento, conforme art. 52 § 5º e art. 186 § 1º, do Regimento Interno.

Peço ainda aos nobres Pares que, ao se inscreverem para falar, declinem os seus nomes para efeito de identificação junto à Taquigrafia.

Isto posto, esclareço a finalidade do roteiro de trabalho: planejar as ações, estabelecendo prioridades e critérios para o debate, visando a otimização do tempo, a eficácia e a produtividade.

Assim, a aprovação de temas ou nomes sugeridos pelo Relator em sua proposta não supre a exigência regimental da apresentação de requerimentos.

De outra forma, a definição do roteiro de trabalho não se sobrepõe à prerrogativa regimental do Presidente, inscrito no art. 47 do Regimento Interno, de organizar a Ordem do Dia das reuniões ordinárias e extraordinárias da Comissão.

Passo, então, a palavra ao Relator, Deputado André Fufuca, para apresentar sua proposta de roteiro de trabalho.

Deputado André Fufuca, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Boa a tarde a todos.

Inicialmente, queria deixar claro aos membros da Comissão e àqueles que acompanham que aqui se trata apenas de um esboço. Um projeto embrionário, um projeto do roteiro, que, com o decorrer das investigações e com o decorrer do processo, poderá ser alterado, alterado com seus requerimentos e alterado também



com as indicações dos Deputados nesses possíveis meses que iremos enfrentar nesta CPI.

O roteiro foi feito junto com a Consultoria da Casa e o Presidente e trata dos seguintes temas. Em primeiro lugar, visando o bom funcionamento da CPI, sugerimos aos ilustres membros da Comissão Parlamentar de Inquérito da Máfia das Órteses e Próteses no Brasil o presente roteiro de trabalho que, através das atividades investigatórias, permita a formação da convicção dos novos Parlamentares acerca do tema.

A efetividade dos trabalhos da CPI será obra de todos os seus integrantes. Todos os nobres Deputados serão convidados a participar ativamente das atividades da Comissão, inclusive sob a forma de requerimentos.

Por isso, serão necessárias reuniões administrativas convocadas com antecedência e com pauta específica para discussão e votação do requerimento.

O nosso método de trabalho para a consecução dos objetivos da CPI será um plano de trabalho que irá prever a realização de aprovação de requerimentos diversos, oitiva de testemunhas, investigações, autoridades públicas e especialistas, requisição de documentos, dentre outros.

A credibilidade de uma investigação parlamentar passa pela robustez das provas que sustentam as suas conclusões.

Além das previstas neste plano de trabalho, poderão ser realizadas outras diligências julgadas necessárias pela Presidência, Relatoria e plenário desta Comissão Parlamentar.

Em relação ao Relatório Final, poderão constar recomendações, providências, proposta legislativa e eventual encaminhamento das respectivas conclusões ao Congresso Nacional, ao Poder Executivo, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas e ao Conselho dos Profissionais respectivos.

Regra de trabalho.

Abertura do painel de presença com meia hora de antecedência do horário agendado para o início dos trabalhos.

As reuniões acontecerão preferencialmente às terças e quartas, no período da tarde, devendo ser considerada a possibilidade de realização de reuniões mistas.

Atividades a serem desenvolvidas.



Receber nota elaborada pela Consultoria Legislativa — área da saúde — a respeito do tema, objeto desta CPI.

Fizemos questão de, em primeiro lugar, o consultor informar a todos vocês a respeito do que é o objeto, em que ele pode ser empregado. Nós hoje temos uma variedade imensa de órteses e próteses. Então, é importante que os Deputados saibam precisamente aquilo que nós iremos debater e aquilo que é o objeto da CPI, que é a máfia das próteses.

Realizar a oitiva do repórter da rede *RBS TV*, responsável pela matéria jornalística que deu ensejo à elaboração do requerimento de criação da presente Comissão Parlamentar de Inquérito.

Tanto eu como o Presidente Geraldo fizemos questão de entrar em contato com o repórter que fez a matéria, Dr. Giovani. E ele se prontificou a vir à Casa, pedindo-nos que déssemos a ele a segurança necessária para que ele pudesse externar aqui os seus conhecimentos sobre uma matéria que ele passou 4 meses, ele e sua equipe, para levantar.

Por que nós começamos com ele? Nós começamos com ele, pois essa mesma matéria, apesar das denúncias que apareceram na Casa, ainda é muito embrionária no que diz respeito à investigação. O que nós temos hoje aqui, na nossa Casa, é um projeto de lei do Deputado Beto Albuquerque e nada mais. Nós nunca tivemos um estudo e uma investigação em relação a isso.

Então, como ele puxou esse assunto, um assunto nacional, nós resolvemos convocá-lo, convidá-lo para vir aqui para que possa nos direcionar. Até porque a matéria não se restringe apenas àquela passada na televisão. Há outros percalços, há outros temas e há outros assuntos do interesse desta Comissão; que ela saiba, que ela tenha conhecimento e que ela dê prosseguimento também às investigações.

Terceira pauta.

Identificar e requerer as cópias dos processos e/ou inquéritos que guardam correlação com o objeto dessa investigação;

Efetuar a oitiva das pessoas mencionadas na matéria jornalística supracitada; — as empresas e as pessoas que estão neste caso.

Requisitar documentos pertinentes à presente investigação, incluindo a íntegra do material produzido para a edição da reportagem acima mencionada;



Proceder à oitiva de autoridades públicas que possam contribuir para a realização desse trabalho, inclusive membros do Poder Judiciário e do Ministério Público; operadores do Direito em geral; bem como representantes de entidades médicas e odontológicas, das indústrias fabricantes de órteses e próteses, das distribuidoras de órteses e próteses, da indústria farmacêutica, dentre outros;

Deslocar-se a alguns Estados da Federação, a fim de realizar as diligências determinadas por esta CPI.

Existem vários requerimentos nas Assembleias Estaduais requerendo CPI em relação ao mesmo assunto, ao mesmo tema, inclusive com várias denúncias que chegam à CPI em relação a esse.

Então, a Comissão se prontifica, se necessário for e aprovado pelo Plenário, a ir a esses locais para que possamos ter ciência do que está acontecendo nos Estados. As denúncias que chegam ao nosso conhecimento são das menores às maiores absurdas.

A gente fez questão, primeiro, de obter informações concretas; segundo, chamar as autoridades competentes; terceiro, chamar aqueles que estão sendo denunciados; e, quarto, ir *in loco* onde estão sendo apresentadas as denúncias.

Nossa conclusão.

As atividades previstas neste roteiro de trabalho visam conferir efetividade à investigação parlamentar, respeitando os postulados previstos na Constituição Federal.

Pretende-se levar a efeito a consecução de um trabalho técnico, eficiente e capaz de identificar a verdade real.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Deputado André, Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Só 1 minuto, Deputado.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Apenas como sugestão para o plano de trabalho dele...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Vamos deixar o Relator apresentar o seu plano de trabalho. V.Exa. está inscrito em primeiro lugar.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - O primeiro sou eu. Ele fura porque pede questão de ordem...



O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Não faço questão. V.Exa. fala primeiro. Não tem problema nenhum.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Deputado Silvio, V.Exa. tem todo o direito, como todos aqui terão, de poder acrescentar, somar ao relatório.

Então, as atividades previstas neste roteiro de trabalho visam conferir efetividade à investigação parlamentar, respeitando os postulados previstos na Constituição Federal.

Pretende-se levar a efeito a consecução de um trabalho técnico, eficiente e capaz de identificar a verdade real, apurando as denúncias existentes e propondo eventuais modificações nos marcos legais que regulam a matéria *sub examine*.

Nessa senda, será concretizada uma das atividades mais nobres do Congresso Nacional, qual seja, a função fiscalizadora.

É a leitura do roteiro embrionário da nossa CPI, cabendo a V.Exas. somarem-se a ele, o aumentarem, o multiplicarem, como também o aprovarem.

Esta é a leitura. Devolvo a palavra ao Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Temos aqui sete inscritos.

Cometi um erro ao dizer que o Deputado Silvio Costa estava inscrito em primeiro lugar. O Deputado Lelo Coimbra terá até 3 minutos para fazer a sua intervenção sobre o roteiro de trabalho.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - É sempre bom lhe ouvir.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu queria parabenizar a CPI que se instala, parabenizar o nosso Relator, Deputado André, com seu plano de trabalho, pelo esforço de fazer um plano de trabalho sobre um tema tão complexo. É sempre meritório e sempre deixa espaço para que a gente possa contribuir.

Esse tema é muito complexo. Nesse exato momento, está sendo feita a abertura de uma Comissão similar, no Senado, sob a Presidência do Senador do Espírito Santo, Magno Malta. Então, nós temos duas Comissões percorrendo o mesmo trecho, a partir do mesmo ponto. Portanto, são concorrentes do ponto de vista do objeto.



Eu acredito que, para nós termos sucesso em uma Comissão dessas — mesmo sabendo o papel e a importância que a entrevista e os materiais de imprensa tiveram, aqueles que elaboraram esse material têm que ser convidados, têm que estar aqui, com a segurança necessária em virtude da importância do material que foi feito — precisamos ter três caixas de conceito.

A primeira, qual é o diagnóstico do que estamos tratando? Qual é esse mundo da órtese e prótese com o qual estamos lidando, na rede privada, na rede cooperativa, na rede pública? Qual é esse diagnóstico? Quem pode tratar disso conosco, aqui, sentado nessa mesa aí, conversando conosco?

Segundo, quais são as medidas que têm sido ou estão adotadas e quais são os marcos legais, e isso está colocado aqui, que estão protegendo isso?

Terceiro, quais são as medidas que nós devemos propor do ponto de vista fiscal, do ponto de vista pecuniário e do ponto de vista legal? Por exemplo, meter uma prótese em quem não precisa tem que ser considerado, do ponto de vista legal, um crime hediondo. Isso é uma medida legislativa que nós podemos propor aqui para um fato tipificado dessa forma.

Acho que nós precisamos transformar em três campos de proposições e chamar, respectivamente, de cada área, quem possa nos falar sobre isso. Então, eu acho importante que chamemos aqueles que possam fazer um esboço básico sobre esse assunto, partindo de quem usa, de quem lida com isso no dia a dia, nos respectivos serviços, com apoio de estudos que já existem na consultoria legislativa.

Podemos, com esses três compartimentos — estou compartimentando para fins de raciocínio básico —, trazer aqui informações e ir agregando a eles os personagens que fizeram uso de próteses. Do ponto de vista de alguns movimentos, a reportagem tem um papel importante nesse aspecto. Esperamos que tudo isso possa dar a nós não apenas um campo de informação que o público teve e que nós já tivemos também, mas que nos dê condições de compreender a dinâmica e a lógica com que esse tema tem sido trazido dentro dos serviços, e que passa na sombra do crime, sem o nosso conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Conclua Deputado.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Concluí, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Muito obrigado.



V.Exa. foi bastante preciso no seu tempo.

Deputado Paulo Foletto, V.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO PAULO FOLETTO - Sr. Presidente, Deputado Geraldo Resende, Deputado André Fufuca, a primeira referência que eu ia fazer, o Deputado Lelo Coimbra já fez.

Eu, assim como o Senador Magno Malta, sou capixaba. Encontrei-o, hoje, pela manhã, na reunião de bancada, e ele está fazendo, nesse momento, a instalação da CPI do Senado. A sugestão sobre a qual conversamos é que, quando possível, quando necessário, os nossos apoios possam trocar informações. Ele vai fazer uma oitiva em algum Estado onde detectamos alguma coisa e alguns dos membros podem ir também. Imagino que possamos mutuamente nos ajudar.

Não sei qual vai ser o foco principal do trabalho dele. O Deputado Lelo Coimbra mais ou menos desenhou uma coisa que seria útil e seria proveitosa para nós. É claro que a reportagem já mostrou, eu sou profissional da área, e sabemos que tem muita coisa errada.

Nós temos que conduzir com responsabilidade, porque senão, daqui a pouco, quem faz medicina com correção, com decência, com desenvolvimento científico tecnológico, poderá ser questionado. É claro que quem faz com qualidade, com honestidade, não precisa ter medo, mas, dependendo do foco podem surgir questionamentos. Fui muito favorável a que instalássemos a Comissão Parlamentar de Inquérito, mas nós temos que ter responsabilidade com as nossas ações aqui.

Era essa a minha colaboração, no sentido de que devemos aproveitar um pouco também do que está acontecendo no Senado, para diminuir esforços e economizar recursos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Concedo a palavra ao Deputado Jorge Solla.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Obrigado, Sr. Presidente. Queria sugerir algo ao Relator. Acho que essa oitiva do repórter para pré-vista provavelmente vai ser feita em uma audiência fechada, não é? Então, nós teremos uma linha de trabalho a partir dessa audiência que a Comissão vai ter com o repórter.



Em paralelo, eu acho que teríamos uma outra linha que é mais ou menos o que o Relator trouxe aqui no item F, que diz respeito a audiências públicas com autoridades, representantes do setor.

E, para facilitar — eu estava até combinando aqui com o Deputado Odorico, que também foi autor de vários requerimentos, assim como o Presidente e eu fizemos —, podíamos tentar fazer mesas.

Então, teríamos uma primeira para abrir o leque dos trabalhos com as representações dos gestores públicos — aí seria esse convite que o Presidente já fez para o Ministro — e, para essa mesma reunião, poderíamos chamar o representante do CONASS, do CONASEMS e do DENASUS, que têm um trabalho inclusive já feito pela auditoria do Fisco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Não querendo interrompê-lo, mas já o fazendo...

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Pois não. Fique à vontade, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - ... nós temos uma proposta a seguir desse roteiro. Já existe uma proposta em bloco...

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - ...nessa direção que V. Exa. está apontando.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - A ideia era de que tivéssemos um segundo momento, depois, com representantes das entidades médicas, entidades Conselho Federal de Medicina — CFM, Associação Médica Brasileira — AMB, Federação Nacional dos Médicos — FENAM, e as especialidades traumatologia, neurocirurgia e cardiovascular.

Um terceiro momento seria com representantes das entidades hospitalares, Conselho Nacional de Saúde — CNS, Confederação das Santas Casas e Hospitais Filantrópico — CMB, Federação Brasileira de Hospitais — FBH, Associação Nacional dos Hospitais Privados — ANAP. E, por fim, um quarto momento, com os operadores de seguro-saúde, em que traríamos a Unimed, traríamos a ABRAMGE — Associação Brasileira de Medicina de Grupo, a Amil, a Hapvida Saúde, um conjunto de operadores que colocariam aqui também as suas experiências.



Eu acho que, a partir dessas quatro reuniões, teríamos condições, digamos assim, de redirecionar ou focar mais o encaminhamento dos trabalhos a partir do que for aqui já levantado.

Nós sabemos, inclusive, que várias dessas entidades têm trabalhos específicos, diagnósticos específicos nessa área, já se debruçam sobre isso há muito tempo. Eu acho que podemos, de uma forma bem estruturada, dar sequência a um trabalho nessa linha.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Obrigado, Deputado Jorge Solla.

Com a palavra o Deputado Aureo.

O SR. DEPUTADO AUREO - Primeiro, eu quero dar os parabéns ao Relator André Fufuca e ao Presidente pela condução dos trabalhos.

Tive oportunidade de assistir a toda a matéria do *Fantástico*, de assistir a algumas matérias pelo País e a alguns comentários pelo País sobre a questão da máfia da prótese e órtese. O que me deixa preocupado é a velocidade, Presidente, que vamos imprimir aqui aos trabalhos, porque, quando você pega a primeira pauta do dia, já existem mais de 20 requerimentos.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Trinta e sete.

O SR. DEPUTADO AUREO - Trinta e sete e nem começou. Senti falta aqui... Eu já estou apresentando alguns requerimentos para podermos ouvir as empresas envolvidas, como colocou a matéria do programa *Fantástico*, e colocar ali para entender a fundo o que acontece em um país quando há hoje um problema... No meu Estado do Rio de Janeiro temos um hospital de referência que é o INTO — Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia, hospital federal. E, lá, as pessoas, os usuários ficam 5, 6, 8 anos na fila esperando ser chamados para colocar uma prótese.

Hoje, há cerca de 15 mil pessoas nessa fila de espera. Você fica vendo um preço absurdo desses, e as pessoas que têm uma índole ruim — porque você tira a oportunidade de uma pessoa que precisa andar, de uma pessoa que precisa fazer uma cirurgia, que fica 15 anos esperando — estão superfaturando um produto que era para ser de acesso fácil ao usuário em nosso País.



O que mais me preocupa neste momento, Presidente, é que possamos trabalhar com clareza a questão dos hospitais públicos, que gastam dinheiro público. Temos outro grande problema com o usuário do plano de saúde hoje, porque quem paga a conta desse superfaturamento das próteses no País é o usuário do plano de saúde. O plano de saúde é caro, porque a prótese é superfaturada, para ele poder cobrir ali. No País, quem paga a conta são as pessoas que mais precisam do atendimento público.

Então, também estou apresentando requerimento de convocação do Diretor do Departamento de Gestão Hospitalar no Estado do Rio de Janeiro, do Governo Federal, e também...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Deputado, V.Exa., conforme o roteiro, tem que apresentar esse requerimento na próxima semana.

O SR. DEPUTADO AUREO - Eu vou apresentá-lo na próxima reunião. Eu estou protocolando o requerimento hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Para que ele seja discutido...

O SR. DEPUTADO AUREO - Na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Na próxima terça-feira ou quarta-feira.

O SR. DEPUTADO AUREO - E que possamos, efetivamente, dar a alegria do nosso trabalho prestado ao povo brasileiro.

Parabéns ao Relator pelo roteiro de trabalho e parabéns ao Presidente! Que possamos conduzir esta CPI e atender ao desejo da população brasileira!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Obrigado, Deputado Aureo.

O Deputado Ricardo Izar teve que se ausentar, porque ele foi ao Colégio de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Silvio Costa.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Presidente, no dia em que eu vi essa matéria no *Fantástico*, eu liguei para a minha assessoria, imediatamente, para pedir a abertura de uma CPI. Depois, V.Exa. e o Deputado Paulo Pimenta... Mas tudo



bem, eu saí de cena. Mas quero dizer a V.Exa. e ao Relator que eu não estou gostando do rumo da prosa aqui na CPI.

Vou dizer por quê: esta CPI tem 120 dias. Se começar convocando esse povo todo para vir aqui, que vem pra cá e não tem nada a dizer, vamos matar a CPI e não vai dar as respostas que a opinião pública quer ouvir. O que alimenta uma CPI é a imprensa, despertar o interesse da imprensa, para poder colocar a opinião pública no debate. Do jeito que está, com duas reuniões a imprensa vai parar de cobrir esta CPI, e ela será natimorta.

Deste jogo aqui eu estou fora! Qual é o jogo a ser jogado? O que tem que ser feito? Primeiro, eu estou dando entrada a um requerimento hoje para sugerir o seguinte: vou pedir as notas fiscais dos últimos 2 anos a todos os hospitais públicos e privados do Brasil, inclusive aquelas que foram força de limitar, porque existe a indústria da liminar. O bandido do médico vai ao bandido do juiz, fabrica uma liminar e manda comprar. Por quê? Porque nessas notas tem o nome do médico que pediu. Então, a primeira coisa que temos que fazer é ter essas notas para analisá-las.

Segundo ponto, Deputado André: eu discordo do Deputado Jorge Solla. Temos que convocar! Se ele não vier, o repórter tem que ser convocado, e tem que ser aberta a reunião. Ela não precisa ser fechada. Se a Rede Globo transmitiu em horário nobre, por que esta reunião é fechada? Tem que ser aberta.

Outra coisa: temos que prender o primeiro bandido para esta poder CPI chegar a algum lugar. Então, temos que convocar e inclusive fazer acareação, no mesmo dia, com aqueles personagens que apareceram no *Fantástico*. Então, se esta CPI quer chegar a algum lugar, precisamos convocar o repórter e convocar os bandidos mostrados pelo *Fantástico*: os médicos, os distribuidores e os donos de empresa. Esses têm que ser os primeiros.

Vejam a CPI da PETROBRAS! Ela está convocando primeiro o Barusco, não sei quem, esses bandidos. Se vocês começam com essa ladainha aqui de convocar não sei quem, o cara vem para cá, passa 2 horas, não fala nada, porque ele não tem nada a dizer, e vai esvaziar a CPI. Está errado!

Então, a minha proposta, Sr. Relator, se V.Exa. não quiser ser desmoralizado, porque está... Eu nunca fui procurado nem estou acusando. Nunca fui procurado por representantes dos hospitais do Brasil. Eu sou a favor do *lobby*. Hoje eu fui



procurado por representante dos hospitais e disse: “*Só não me venha com nenhum tipo de proposta indecente*”. Por que sabe qual é o meu primeiro projeto aqui? Darei entrada a um projeto — se não for hoje, vai ser amanhã — para transformar em crime hediondo, crime hediondo, quando médico, dono de hospital e dono de distribuidora for pego nesse tipo de safadeza com prótese. Porque não é brincadeira você estar deitado numa sala de cirurgia...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Peço a V.Exa. que conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Eu vou concluir. Não é brincadeira você estar deitado numa sala de cirurgia e ver um bandido pegar uma prótese vencida e botar em você.

Então, se V.Exas. não querem acabar com esta CPI, esqueça, Sr. Relator André Fufuca, essa pauta, pelo amor de Deus! Esqueça isso! Ou então votamos isso, mas não bote isso como primeiro, não, pelo amor de Deus! V.Exa. vai acabar com esta CPI! E é o que os médicos estão dizendo. Lá no meu Estado, eu estou me reunindo para estudar isso, e os bandidos estão dizendo: “*Que nada! Essa CPI vai dar em nada!*” E desse jeito aqui não vai dar em nada.

Então, minha proposta — e eu vou elaborar os requerimentos e apresentá-los hoje — é pedir as notas dos últimos 2 anos e convocar os bandidos do *Fantástico*. Todos eles! Todos eles! E proponho a V.Exas. que, pelo amor de Deus, para não matarmos a CPI, coloquem-nos como as primeiras oitavas.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Com a palavra o Deputado Odorico Monteiro.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Estou sentindo que a coisa está começando a esquentar. Isso é bom.

(Não identificado) - Só 1 minuto, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Por favor, está com a palavra o Deputado Odorico. Vamos manter a ordem dos inscritos.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Bom, essa preocupação que o Deputado Silvio Costa traz, Sr. Presidente, é extremamente pertinente. Eu acho que não há contradição entre a montagem desse bloco que o Deputado Jorge Solla está



propondo e essa preocupação do Deputado Silvio Costa. Eu acho, nobre Deputado, que dá para conciliarmos.

É importante que entendamos que esta CPI vai dar contribuições importantes. Primeiro, nós temos que fazer o diagnóstico dessa questão, Deputado Silvio Costa. Esse é o grande desafio do futuro da medicina. A medicina evolui para dois grandes eixos: um é o componente biológico do medicamento, inclusive personalizado; o outro, o de órteses e próteses. A Universidade de Montreal tem hoje o que eles chamam de grupo de altos estudos que discute a sociedade pós-humana. A sociedade pós-humana é aquela em que vai interagir fortemente o homem com a máquina. E isso vai se dar através dessa área de órteses e próteses.

Nós precisamos dar um diagnóstico dessas áreas no Brasil. Eu fico muito à vontade porque, quando fui Secretário do Ministério da Saúde, nós, do DENASUS — e parte de todo esse material lançado no *Fantástico* é fruto de auditoria nossa, do DENASUS, e essas auditorias foram extremamente importantes para elucidar parte dessa relação.

E aqui nós temos, sim, que ouvir as entidades públicas. O SUS é o grande financiador dessa área. Então, o Ministro da Saúde tem que vir aqui e inclusive apresentar esse relatório do Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde — DENASUS. O Conselho Nacional de Secretários de Saúde — CONASS e o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde — CONASEMS, que contratam os hospitais nos Estados e nos Municípios, também têm que vir, assim como as entidades médicas.

E eu acho, Deputado Silvio, que nós temos que solicitar do Ministério da Saúde — e eu estou apresentando também um requerimento nesse sentido — que apresente para esta CPI, numa série histórica, a relação de todas as Autorizações de Internação Hospitalar — AIHs de órteses e próteses que foram produzidas pelo SUS — a relação de todas as AIHs! —, porque nós vamos cruzar o CPF dos médicos com as AIHs. Com isso, nós vamos começar já plotando, aqui dentro da CPI, a relação dos profissionais com o tipo de órtese e prótese e o custo disso para o sistema.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - V.Exa. me permite um aparte? Mas V.Exa. não é contra pedirmos as notas fiscais também?



O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Não, não. Como o meu objeto foi de auditoria de AIH, eu estou pensando na AIH, porque o passo seguinte é cruzar esses dados. Isso é uma coisa importante.

Agora, por outro lado, é importante ouvir as entidades médicas. E por isso nós estamos chamando a AMB — Associação Médica Brasileira, estamos chamando o Conselho Federal de Medicina — CFM, a Federação Nacional dos Médicos — FENAM e as sociedades das especialidades, de ortopedia, de neurocirurgia. Isso porque um produto importante desta CPI vão ser protocolos. O SUS tem que ter protocolos. E esses protocolos envolvem também os hospitais, todo o processo de regulação. Essa é uma área em que o Brasil também é fortemente dependente, porque, em toda essa parte de órteses e próteses, o Brasil avançou muito pouco do ponto de vista da inovação. Então, nós também temos que chamar a atenção da área de ciência e tecnologia do Brasil para financiamento e investimento nessa área, na qual nós estamos muito atrasados.

O passo seguinte desta CPI, portanto, é uma contribuição do ponto de vista da inovação, do que isso vai representar para o Brasil não perder a história, porque avança para isso.

Por isso eu acho que podemos conciliar essa proposta, essa preocupação do Deputado Silvio Costa, com a proposta de trabalho do Relator André Fufuca.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Com a palavra o Deputado Juscelino Filho.

O SR. DEPUTADO JUSCELINO FILHO - Boa tarde a todos.

Eu quero cumprimentar o Sr. Presidente Geraldo Resende pela instalação da CPI.

(Tumulto fora do plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Vamos fechar a porta, por favor.

Deputado Juscelino, prossiga com a sua intervenção.

O SR. DEPUTADO JUSCELINO FILHO - Eu queria continuar parabenizando-os e desejando sucesso a V.Exas., Sr. Presidente e Sr. Relator, meu conterrâneo Deputado André Fufuca, na condução dos trabalhos. Parabenizo-o pelo seu roteiro de trabalho.



Acho que a nossa CPI tem uma causa justa, pois vimos muita irresponsabilidades cometidas, seja por médico, seja por empresas, seja por planos de saúde, seja por quem for. Eu acho que temos que investigar, sim, e tomar as melhores condutas que acharmos possíveis. Acredito que esta CPI vá ter êxito e fazer um bom relatório.

Concordo com o nobre colega Silvio Costa, que fez uma boa colocação. Acho que podemos, sim, iniciar chamando essas pessoas que foram diretamente citadas, para a CPI não perder a sua essência logo no início com alguns debates que não vão, talvez, nos levar a grandes descobertas, sem, claro, desmerecer os requerimentos. Acho que devemos, sim, aprová-los e ir pautando-os de acordo com a demanda da CPI.

Então, era isso.

Meus parabéns! Desejo sucesso a V.Exas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Com a palavra o Deputado Dr. João.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Sr. Presidente, Deputado Geraldo Resende; Deputado André Fufuca, parabéns pela CPI! Desejo-lhes muito sucesso e me coloco à disposição para o que for necessário neste trabalho.

Eu fiz quatro requerimentos e estou dando entrada — com certeza vão ser analisados na próxima semana. Um dos requerimentos convoca o Presidente do Conselho Federal de Medicina. Por que eu fiz isso? Porque, no processo ético do Conselho Federal...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Já há requerimento nesse sentido, e vai ser votado nesta reunião, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - ... só 20 médicos foram punidos com perda do seu CRM por causa dessa máfia. Então, é importante a presença do Conselho e de seu Presidente exatamente para nos passarem quem são esses médicos que foram punidos com a cassação do seu CRM, porque são médicos e estão envolvidos diretamente nesse processo.

Eu fiz também um requerimento sobre um médico que fez, pelo plano de saúde dos Correios, ao preço de 1 milhão de reais, uma cirurgia de prótese de coluna que sairia por 190 mil reais, no máximo 200 mil reais. E alguns planos de



saúde... Há plano de saúde colocando médico dele dentro da sala de cirurgia para fiscalizar o cirurgião e confirmar se está sendo feito ou não aquele procedimento, se está sendo usado aquele material que foi exigido.

Então, Sr. Presidente, eu me coloco à disposição de V.Exa. para fazermos um bom trabalho e colocar tudo isso aí para que a população possa confiar no nosso trabalho.

Estou de pleno acordo com o Deputado Silvio e me coloco à disposição da Mesa e da relatoria para o que precisarem do Dr. João. Sou médico do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Terminada a lista de inscritos, eu gostaria, até pela fala do Deputado Silvio Costa, de dizer que logicamente esta CPI — todos nós — está tendo a preocupação de tentar construir aqui um produto que seja o melhor para o País. A CPI já tem resultado.

Apesar de o Deputado Silvio Costa não saber — e também não há razão para S.Exa. mostrar tal conhecimento —, nós hoje já temos a informação de que, tão logo foi divulgado que o Congresso Nacional, tanto o Senado quanto a Câmara — e vários Deputados tiveram essa iniciativa aqui —, abriria CPIs para apurar a máfia das órteses e próteses, os produtos de órteses e próteses já caíram 20% no mercado nacional. Ou seja, hoje mesmo nós recebemos ligações das Federações das UNIMEDs no País, e nos disseram isso.

Recebemos também hoje ligação do Ministro da Saúde, com quem estivemos em audiência na semana passada. Aproveitei para dizer-lhe que já havia requerimentos para convidá-lo a estar presente, a fim de dar um diagnóstico dessa situação sob a ótica de quem é o gestor do SUS, assim como já houve requerimentos aqui para o CONASS — Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde, e do CONASEMS, o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde.

É aquilo que o Deputado Jorge Solla já disse: nós queremos primeiro — e está ali no roteiro de trabalho, com a proposta que nós vamos fazer — ter o diagnóstico da situação com que nós estamos lidando, para que depois nós possamos...

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - V.Exa. me permite um aparte?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Só vou terminar.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Um aparte. Eu quero um aparte só.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Logo depois da minha fala, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Então está bom.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Para que depois nós possamos ir de fato fazendo as checagens e as investigações dos assuntos e, após nós nos municiarmos de todo esse leque e desse rol de informações, nós possamos elucidar e trazer à tona todos esses problemas que V.Exa. já aponta.

Eu tenho certeza absoluta, Deputado Silvio Costa, até pela presença de V.Exa. aqui, um Deputado cobrador, polêmico e que certamente vai dar uma contribuição muito efetiva para que possa ofertarmos o melhor trabalho. Nós vamos poder fazer com que a CPI funcione. E vai funcionar. Esse é o interesse do Deputado Relator. Nós já tivemos várias reuniões, inclusive com o corpo técnico que nós estamos construindo, e todos nós estamos imbuídos do sentimento de que esta CPI vai ser benéfica para o País. E este é o trabalho que nós vamos fazer. Logicamente nós vamos ter de V.Exa., tenho certeza, as maiores contribuições.

Logicamente, logo depois da votação desse roteiro, com as indicações que V.Exa. tem colocado, nós vamos construir, com os vários requerimentos que nós temos, as oitivas. A primeira oitiva nós queremos fazer com o repórter, que, inclusive, é um repórter investigativo. Ele só vai vir aqui se for convidado, Deputado. Eu sei que nós podemos convocá-lo. Eu sei disso, mas é muito melhor que ele venha como convidado, porque ele está a fim também de prestar esse serviço ao País, porque ele já fez isso na reportagem. Inclusive, nós vamos solicitar que ele traga todo o leque de informações que ele fez, porque logicamente para editar ele deve... Ele ficou 4 meses fazendo a construção desse trabalho, que resultou nos poucos minutos que estarem todos nós.

Também o Ministro já se colocou à disposição. Já tem viagem internacional marcada, mas disse que pode vir antes da viagem, ou depois da viagem. Ele já se colocou à disposição para vir na próxima semana.

Já existe um grupo de trabalho no Ministério da Saúde que tem avanços significativos. Nós precisamos de tomar conhecimento, porque esse grupo de



trabalho reúne todas as personagens que nós temos nos nossos requerimentos, inclusive o próprio Ministério da Justiça, a própria Polícia Federal. Então, nós vamos ter um rol de informações advindas da presença do Ministro aqui, o que certamente vai dar luz também para que nós possamos seguir esse caminho.

E, certamente, assim que nós terminarmos aqui as propostas e a votação os requerimentos, nós vamos dar o tempo para que na próxima semana, com a formatação já elaborada aqui, nós possamos iniciar já esse trabalho. E tenho a convicção plena de que nós vamos fazer um bom trabalho.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Mas, por favor, Sr. Presidente. Deixe-me colocar uma coisa, Sr. Presidente: nós temos que ter cuidado para não transformar esta CPI num fórum de medicina ou num seminário de saúde.

Sr. Presidente, o diagnóstico todos nós sabemos aqui. É simples. Qual é o diagnóstico? Donos de empresa, indústria de prótese e de órteses tinham distribuidores que procuravam os médicos. Os médicos, às vezes, procuravam o Poder Judiciário, faziam a indústria da liminar, botavam próteses vencidas. Um bocado de bandidos!

Então, isto aqui é uma CPI! Não adianta chamar Ministro da Saúde, diretor de hospital e o escambau para cá, para vir nos dar aula sobre o que já sabemos. Temos de investigar. Então, pelo amor de Deus!

Para investigar, o Deputado André Fufuca, o Relator, já deu a grande notícia de que vai convidar repórter. Se ele não quiser vir, convoca. O que eu estou pedindo só, como uma proposta de trabalho, é pegarmos aqueles personagens da televisão como primeiros. Só isso. Depois, transformamos isto aqui num fórum de medicina. Sabem por quê? Porque eu me comprometo: eu já vou pedir a prisão de um deles. Porque no dia em que sair em todos os jornais, Jornal da Record, do SBT, da Globo "*CPI da Prótese pede prisão de não sei quem*", nós passamos a poder andar na rua de cabeça erguida. Eu nunca me senti tão útil ao País — por isso eu lutei para vir para essa CPI — como nesta CPI. Não é brincadeira. Nós podemos transformar, você já deu uma grande notícia que eu já sabia: baixou o preço, porque os caras estão com medo. Mas, ao mesmo tempo, Deputado Paulo Foletto, em que eles estão com medo, eles estão boatando que não vai dar em nada, porque acham que



só há bandidos aqui. Oferecem 100 mil a um, 200 mil a outro, é isso o que eles estão boatando, e se resolve a parada.

Então, em nome do Brasil, eu quero pedir a V.Exas.: vamos convocar os atores da matéria.

Esta a minha proposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Concedo a palavra ao nobre Relator, para que possa discorrer sobre as observações feitas pelo conjunto dos Deputados.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Inicialmente, eu agradeço a todos pelos méritos dados ao relatório e gostaria aqui de esclarecer algumas observações feitas pelo Deputado Silvio Costa.

O Deputado Silvio Costa, como sempre, muito ativo, muito presente, muito impulsivo em suas colocações, relata, o que eu também acho importante, que nós possamos, de certa forma, dar uma altivez maior à CPI.

Eu, inclusive, Deputado Silvio, tenho dois requerimentos de minha autoria. O primeiro, à Agência Nacional de Vigilância Sanitária — ANVISA, para que nós saibamos e que todos vocês sejam sabedores disso, de todas as indústrias, fábricas que vendem órteses e próteses, que as comercializam no País, aquelas próteses e órteses usadas por outras indústrias fora do País e que sejam mais comercializadas aqui.

Nós vamos fazer, em linhas paralelas, mas sabendo que, no final, irão se encontrar. Em primeiro lugar, sabendo quem mais vende. Em segundo, sabendo para quem vende. E, em terceiro lugar, sabendo quem são os médicos que estão mais envolvidos com isso.

Isso eu pedi, nos últimos 5 anos, como o Deputado Odorico Monteiro falou muito bem aqui, façamos essa crônica, coloquemos todos juntos, para termos um parâmetro. Quem mais vendeu? Por que vendeu? Quem mais foi beneficiado? Havia lógica nessa venda? Havia lógica nessa compra? E aí começaremos a debater.

Em segundo lugar, encaminhei ao Conselho Nacional de Justiça — CNJ, para que ele notifique os tribunais de justiça do País, os 27 tribunais de justiça, todas as cirurgias eletivas com preços absurdos nos últimos 5 anos. Que nós possamos ter conhecimento de todas as cirurgias eletivas que tenham sido feitas através de



liminar, quais foram os escritórios que mais participaram, quem foram os advogados que mais participaram e quem foram os médicos que mais ganharam com isso.

Pode ser que existam aqui pessoas que nada tenham a ver, e essas pessoas, com certeza, não serão prejudicadas de forma nenhuma, mas nós teremos que ter conhecimento, até porque o Deputado João, grande Deputado do Rio de Janeiro, falou de uma cirurgia pela qual cobraram 1 milhão, mas que custava 100 mil, mas nós temos vários exemplos de cirurgias. Eu vou dar agora um exemplo de uma cirurgia de coluna. Foi solicitado o pagamento de 148 mil reais na cirurgia, 148 mil reais. O plano se recusou a fazer e disse que ele mesmo faria e o fez por 8 mil reais. Em uma única cirurgia, nós tínhamos um aumento de mais de 140 mil reais. Sem contar outras cirurgias desnecessárias, pessoas colocando prótese sem utilidade nenhuma, prótese de má qualidade, *stents* de má qualidade.

Então, qual era o nosso objetivo aqui, como ainda é primeiro, municarmos-nos de informações, nós não podemos aqui criar, de certo modo, uma fogueira, colocando pessoas que nada têm a ver, pessoas inocentes, apenas por um fato de criar um estardalhaço. Nós não iremos aqui, de maneira nenhuma, condenar aqueles inocentes, mas aqueles culpados pagarão, sim. E nós temos poder para isso.

Então por que convocamos as entidades, por que colocamos no relatório as entidades? Para que tenhamos conhecimento do que têm, para que tenhamos conhecimento e sabedoria sobre por onde prosseguir e por andar.

O repórter da *TV Globo* se prontificou, desde o primeiro dia, a vir a esta CPI, como também nos convidou para que fôssemos ao Rio Grande do Sul. Por que ao Rio Grande do Sul? É o único lugar do Brasil onde há um fórum nacional sobre o tema. É hoje o Estado mais habilitado e com mais conhecimento em relação a isso. Então, fomos convocados a fazer uma Comissão para irmos lá, não com medo de ele vir aqui, mas para que buscássemos mais conhecimento onde mais tem. Aprendemos onde mais se sabe, e onde mais se sabe hoje é no Rio Grande do Sul.

Eu sou totalmente contra a que nós façamos a convocação dele. Nós devemos convidá-lo. Ele virá se achar seguro, já que estamos tratando aqui não de um repórter qualquer, mas de um repórter investigativo, que vive disso, que tem a sua vida como pilar principal. E ele pode, se mostrado o rosto for, a partir do



momento em que outras pessoas tenham conhecimento para prejudicar a sua carreira... E que nós saibamos respeitá-lo, que nós o respeitemos, até porque não é qualquer pessoa que está vindo aqui: é um repórter investigativo que tem essa como sua profissão.

Então, nós o estamos convidando e, da mesma forma, doando-nos para que, vindo aqui, possamos garantir a sua segurança. Então, ficam aqui as minhas observações. Peço que possamos colocar as observações do Deputado Silvio no relatório, até para serem votadas. É assim que iremos conduzir, com vocês. Vocês irão conduzir o relatório, irão conduzir o Presidente, para que não tenhamos abusos nem excessos, mas para que tenhamos, da mesma forma, respeito na condução dos trabalhos.

Então, Presidente, ficam aqui as minhas observações em relação a isso. Eu peço que, mais uma vez, consideremos as observações de todos os Deputados e que isso seja, assim, recorrente no trabalho da Relatora e da Presidência desta CPI.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Em consulta ao roteiro de trabalho, já contemplando as observações feitas pelo conjunto dos Deputados.

Os Deputados favoráveis à proposta do nobre Relator André Fufuca permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O colegiado acata a proposta apresentada com as modificações sugeridas pelo Deputado Silvio Costa e pelos demais Deputados.

O SR. DEPUTADO AUREO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Vamos passar agora à deliberação de requerimentos.

O SR. DEPUTADO AUREO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Deputado Aureo.

O SR. DEPUTADO AUREO - Isso inclui todas as modificações que o Silvio propôs?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Sim, ele acatou todas as modificações.

Informo que foram pautados todos os requerimentos apresentados até ontem, dia 6 de abril. Como é praxe — nós já dissemos na reunião anterior —, 24 horas



antes do início da sessão da CPI, todos os requerimentos que lá chegarem vão ser pautados no dia seguinte.

Até ontem, foram apresentados 37 requerimentos. Alguns, inclusive, muito similares, com convite às mesmas autoridades ou com o mesmo destino. Todos foram formulados com pedido de oitiva de representantes de diversas instituições.

Nós não tivemos nenhum requerimento de acordo com aquilo que o Deputado Silvio Costa colocou: para ouvir alguma daquelas testemunhas da entrevista da *RBS*. Então, na próxima semana, logicamente os Deputados que estiverem interessados apresentem os requerimentos.

Em razão disso, nós, eu e o Relator, fizemos uma reunião preliminar e estamos sugerindo, conforme proposta do Deputado Jorge Solla inclusive, fazer por blocos a votação desses requerimentos e depois formular em blocos também a oitiva dessas pessoas que forem convidadas.

Então, aqui há uma listagem distribuída a todos os Deputados e agrupamos esses requerimentos em instituições afins: primeiro, a imprensa, no caso, o repórter da *RBS*; segundo, o Ministro da Saúde; terceiro, gestores públicos da saúde. Esse convite poderá ser feito junto com o do Ministro da Saúde, ou seja, o Ministro da Saúde, o CONADE e o CONASEMS. Na associação de especialista, no caso, estamos nos referindo à SBOT, Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia; à Sociedade Brasileira de Cardiologia; à Sociedade Brasileira de Cirurgia Buco-Maxilo-Facial e a outras entidades congêneres.

Vamos ouvir o Conselho Federal de Medicina, conforme proposta de vários Deputados aqui; vamos ouvir associações representativas do setor de saúde e dos médicos, ou seja, o Conselho Federal de Medicina e outras especialidades; associações e empresas de medicina de grupo; hospitais e santas casas; pessoas do Poder Judiciário, autoridades ligadas ao Poder Judiciário; e depoimento de especialistas do setor.

É este o bloco de requerimentos que temos.

Indago se esse tipo de organização é conveniente para todos os Deputados.

(Pausa.)

O Deputado Jorge Solla e os demais Deputados assentiram.



Vamos indagar agora aos Deputados se há consenso para apreciarmos os requerimentos conforme a proposta formulada. *(Pausa.)*

Havendo consenso, passamos à deliberação dos requerimentos.

Alguns requerimentos constantes da pauta são de minha autoria, impedindo-me regimentalmente de presidir os trabalhos durante a apreciação das respectivas proposições.

Assim, peço ao nobre Deputado Ricardo Izar que me substitua nas ocasiões em que os requerimentos forem de minha autoria. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Requerimento nº 15, de 2015, do Deputado Geraldo Resende, para que seja convidado o repórter da rede *RBS TV*.

Consulto os Srs. Deputados se desejam encaminhar matérias.

Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Deputado autor, Geraldo Resende.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Sr. Presidente, eu acho importante a vinda do repórter, do jornalista que fez a reportagem. Só vou deixar de citar o seu nome, tendo em vista que é um jornalista investigativo. Ele realizou, durante 4 meses, andanças pelo País para formular aquela matéria do *Fantástico*, feita no início de janeiro. E, numa conversa que tivemos, ele nos solicitou que a reunião seja fechada, tendo em vista que ele tem sigilo de imagem. Inclusive, já entramos em contato com o pessoal da Segurança da Câmara, que nos garantiu que ele poderá vir aqui, ser sabatinado e trazer todo o material. Ele vai ser sabatinado pelo conjunto dos Deputados.

Então, esta é a justificativa para convidar esse repórter.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Jorge Solla com a palavra.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - São 37 requerimentos. Eu queria propor uma mudança na condução, para tentarmos identificar se há algum requerimento a que algum Deputado seja contrário. Caso haja, ele seria destacado e aprovaríamos os demais em bloco. Senão vamos estender muito, e daqui a pouco começa a sessão no plenário, e temos hoje temas candentes e polêmicos.



O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Nós, inclusive, íamos fazer a mesma proposta, só que, como há alguns requerimentos de minha autoria, ele tem de ler. Por isso que estou pedindo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Vou fazer uma sugestão: não tem nenhum de minha autoria. Eu poderia encaminhar todos aqui, de uma vez...

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Eu concordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pode?

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Pode encaminhar todos os requerimentos.

O SR. DEPUTADO AUREO - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Aureo com a palavra.

O SR. DEPUTADO AUREO - Eu queria fazer uma proposta ao Deputado Geraldo Resende, para que eu pudesse subscrever um requerimento e acrescentar, nesse requerimento que convida o repórter investigativo que fez a matéria, as empresas que também estão na mesma matéria desse repórter.

Aproveitaríamos o dia de hoje e teríamos efetivamente o requerimento completo, para que pudéssemos dar início aos trabalhos, respondendo ao que a sociedade espera de nós nesta CPI tão importante para o nosso País. Por quê? Com a preocupação... Já que foi aceita pelo Relator, e só falta a apresentação de requerimento, a proposta do Deputado Silvio Costa.

O SR. DEPUTADO PAULO FOLETTO - Eu subscrevo junto com o Deputado o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Geraldo Resende.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Eu entendo que precisamos fazer uma consulta à Consultoria Jurídica, porque me afiançaram que, pela regra jurídica, nós precisamos de poder identificar, normatizar inclusive, indicar os artigos para que as pessoas, ao serem convidadas, possamos ter o embasamento jurídico de fazer o convite. O convite ao repórter, sendo ele o guarda-chuva de todas as empresas em que ele fez as reportagens, eu acho que nós podemos incorrer em alguma etapa e depois pode haver algum questionamento futuro. Eu estou com essa



preocupação. Então, para poder avançar nessa situação, podemos apresentar na próxima reunião o rol de todas as empresas.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - O.k., então tudo bem, para mim não há dificuldade nenhuma.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO JÁCOME - Questão de ordem. Sr. Presidente. Tenho uma preocupação com a operacionalização dessas oitivas. São 37 convites, fora as convocações que certamente serão feitas. Eu pergunto o seguinte: a pessoa que é convidada vai ter um prazo? Em quanto tempo a Comissão vai saber se ela vai aceitar ou não o convite? Isso é um convite? Ela não tem obrigação *a priori* de dizer se vem ou não à Comissão. E quantas sessões nós teremos nesses 2 ou 3 meses aí. Essa é a minha preocupação, sem entrar no mérito de nenhum nome aqui. Não sei se o Relator já pensou nisso, qual é a preocupação dele com relação a... Serão ouvidas duas pessoas. Se forem duas, só aqui haverá 18 reuniões, fora os que vão ser convocados.

O SR. DEPUTADO RICARDO IZAR - Eu acredito que as sessões vão ser realizadas com vários convidados. Não é isso, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Sim, nós estamos construindo uma proposta em que possamos ouvir até cinco, quatro a cinco pessoas em cada uma das sessões, e nós vamos fazer na terça e na quarta-feira. Às terças-feiras, possivelmente a reunião será mais interna, de trabalhos, mas nós podemos também transformá-la numa oitiva das pessoas que os requerimentos já tenham sido aprovados.

Deputado Odorico. Mas só para responder também, no primeiro é convite. Caso os convidados não compareçam, nós vamos fazer convocação.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Sr. Presidente, apesar de serem 37, queria reforçar esse encaminhamento adotado pela Presidência. Apesar de serem 37 requerimentos... Na realidade, é natural, porque, quando foi instalada a CPI, cada um de nós individualmente começou a entender quem seria ouvido. Mas em bloco, eu estava vendo aqui, nós podemos fazer seis blocos. Eu acho que começa com o repórter, já que foi o motivo maior, e aí eu entendo que se ele já tem várias horas de gravação é importante que seja explorado o máximo possível isso. E



é natural a questão da imagem. Acho que aí envolve questões éticas e é importante ser...

Eu acho que em seguida podemos ouvir as empresas, e aí depois ir para o bloco dos gestores públicos, ir para o bloco das entidades médicas, dos hospitais e das operadoras de planos de saúde. E à medida que isso for acontecendo, você vai tendo um desdobramento. Se fecharmos em seis blocos, que não é muito tempo, com 3 semanas resolvemos isso, se programarmos terças e quartas. Ou seja, em menos de 1 mês já teremos material suficiente de natureza investigativa. No caso do Ministro da Saúde aqui, o Ministro da Saúde tem que trazer as auditorias que o DATASUS fez, ele tem que trazer a série histórica de gastos do SUS por órteses e próteses por segmentos de traumatologia-ortopedia, de neurocirurgia, cirurgia vascular, Então nós precisamos... E aí, evidentemente trazer as AIHs, para que possamos depois, a partir da reportagem, ver os médicos envolvidos, os hospitais envolvidos, se são entidades filantrópicas, se são entidades públicas, se são entidades operadoras de planos de saúde. Então nós vamos construindo a partir desses primeiros blocos, a linha de investigação da CPI. Então, não acho que há contradição, acho que pode fechar por bloco, para que possamos concluir e já começar a marcar as primeiras reuniões, começando pela reportagem, já que é assim, pelo que eu estou entendendo, a proposta da Presidência e da relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Adiantando, nós já gostaríamos de, na próxima terça-feira, ouvir o repórter e, na quarta-feira, ouvir o Ministro. Ou seja, já tivemos a conversa hoje pela manhã, e na quarta-feira ele se dispôs a vir, porque na outra semana ele fará uma viagem de caráter internacional.

Passo a palavra ao Sr. Presidente *ad hoc*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Requerimento nº 23, de 2015, do Deputado Geraldo Resende, convidando o Ministro Arthur Chioro.

Requerimento nº 12, de 2015, do Deputado Odorico Monteiro, convidando o Sr. Gillete Coelho Neto.

Requerimento nº 14, de 2015, do Deputado Odorico Monteiro, convidando o Sr. Wilson Duarte Alecrim.

Requerimento nº 20, de 2015, do Deputado Geraldo Resende, também convidando o Sr. Wilson Duarte Alecrim.



Requerimento nº 16, de 2015, do Deputado Geraldo Resende, convidando o Sr. Fernando Casquel Monti, da CONASEMS.

Requerimento nº 37, de 2015, do Deputado Odorico Monteiro, convidando o Sr. José Fernando Casquel Monti, Presidente do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde.

Requerimento nº 11, de 2015, do Deputado Odorico Monteiro, convidando o Dr. Paulo Roberto Barbosa de Toledo Lourenço, da Sociedade Brasileira de Trauma Ortopédico.

Requerimento nº 19, de 2015, do Deputado Geraldo Resende, convidando o Presidente da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia, Sr. Marco Antônio Percope de Andrade.

Requerimento nº 26, de 2015, do Deputado Geraldo Resende, convidando o Presidente da Sociedade Brasileira de Neurocirurgia, Sr. Modesto Cerioni Júnior.

Requerimento nº 28, de 2015, do Deputado Geraldo Resende, convidando o Presidente da Sociedade Brasileira de Cirurgia e Traumatologia Buco-Maxilo-Facial, Sr. José Nazareno Gil.

Requerimento nº 30, de 2015, do Deputado Geraldo Resende, convidando o Sr. Presidente da Sociedade Brasileira de Cardiologia, Angelo Amato Vincenzo de Paola.

Requerimento nº 5, de 2015, do Deputado Jorge Solla, convidando o Presidente do Conselho Federal de Medicina, Carlos Vital Tavares Corrêa Lima, que também é convidado no Requerimento nº 13, de 2015, do Deputado Odorico Monteiro, e no Requerimento nº 22, de 2015, do Deputado Geraldo Resende.

Requerimento nº 31, de 2015, do Deputado Mário Heringer, para que sejam convidados o jornalista Giovani Grizotti; o Presidente do Conselho Federal de Medicina, Dr. Carlos Vital Tavares Corrêa Lima; o Presidente da Associação Médica Brasileira, Dr. Florentino de Araújo Cardoso Filho; o Diretor Executivo da ANAHP, Sr. Carlos Figueiredo; e o Presidente da ABRAMGE, Sr. Arlindo de Almeida. *(Pausa.)* Da ANAHP, vai ser o Presidente.

Requerimento nº 1, de 2015, do Deputado Jorge Solta, convidando o Presidente da Associação Brasileira de Medicina de Grupo — ABRAMGE, Cyro de Britto Filho, que também é convidado no Requerimento nº 18, de 2015, do Deputado



Geraldo Resende, e no Requerimento nº 38, de 2015, do Deputado Odorico Monteiro.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Sr. Presidente, V.Exa. pulou os itens do grupo 6. Passou do 5 para o 7. Pulou uma página.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Desculpe-me, Deputado.

Requerimento nº 2, de 2015, do Deputado Jorge Solla, que requer seja convidado o Presidente da Federação Nacional dos Médicos, Geraldo Ferreira Filho.

Requerimento nº 4, de 2015, do Deputado Jorge Solla, que requer seja convidado o Presidente da Associação Médica Brasileira, Florentino de Araújo Cardoso Filho.

Requerimento nº 35, de 2015, do Deputado Geraldo Resende, convidando também o Sr. Florentino de Araújo Cardoso Filho.

Requerimento nº 7, de 2015, do Deputado Jorge Solla, que requer seja convidado o Presidente da Confederação Nacional de Saúde, Tércio Egon Paulo Kasten.

Requerimento nº 9, de 2015, do Deputado Odorico Monteiro, convidando o Presidente da UNIMED, Dr. Eudes de Freitas Aquino.

Requerimento nº 27, de 2015, do Deputado Geraldo Resende, também convidando o Dr. Eudes de Freitas Aquino.

Requerimento nº 10, de 2015, do Deputado Odorico Monteiro, que requer seja convidado o Presidente da AMIL, Dr. Edson Bueno.

Requerimento nº 32, de 2015, do Deputado Jorge Solla, convidando o Diretor Presidente da UNIMED Campinas, José Windsor Angelo Rosa.

Requerimento nº 33, de 2015, do Deputado Jorge Solla, convidando o Presidente da UNIMED Paulistana, Paulo José Leme de Barros.

Requerimento nº 34, de 2015, do Deputado Jorge Solla, requer seja convidado o Diretor Presidente da UNIMED Belo Horizonte, Samuel Flam.

Requerimento nº 36, de 2015, do Deputado Odorico Monteiro, convidando o Presidente do HAPVIDA, Dr. Jorge Pinheiro de Lima.

Requerimento nº 3, de 2015, do Deputado Jorge Solla, convidando o Presidente da Associação Nacional de Hospitais Privados, Francisco Balestrin.



Requerimento nº 6, de 2015, do Deputado Jorge Solla, convidando o Presidente da Federação Brasileira de Hospitais, Luiz Aramicy Pinto.

Requerimento nº 8, de 2015, do Deputado Jorge Solla, convidando o Presidente da Confederação das Santas Casas de Misericórdia do Brasil, Edson Rogatti.

Requerimento nº 21, de 2015, do Deputado Geraldo Resende, convidando o Presidente da Confederação das Santas Casas de Misericórdia do Brasil, Edson Rogatti.

Requerimento nº 17, de 2015, do Deputado Geraldo Resende, convidando o Sr. Presidente do Hospital Albert Einstein, Cláudio Luiz Lottenberg.

Requerimento nº 29, de 2015, do Deputado Geraldo Resende, que requer seja convidado o Sr. Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Ney Wiedemann.

Requerimento nº 24, de 2015, do Deputado Geraldo Resende, convidando a enfermeira, consultora e especialista em órteses e próteses Andréia Bergamin.

Pode falar, Deputado.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Sr. Presidente, eu fiz alguns requerimentos, mas não deu tempo de entrarem na pauta de hoje, convocando diretamente as firmas que foram envolvidas nesse processo todo. Está claro na imprensa, na Internet as firmas que foram... As mais beneficiadas de todo esse processo foram essas firmas.

Eu fiz o requerimento, não convidando, mas convocando a presença dos diretores dessas firmas, porque eles são os responsáveis por todos os aliciamentos de hospitais, de médicos, de diretores — partiram dessas firmas. Então, temos que partir para cima deles.

Isso também é fruto de uma política ausente, dentro do Ministério da Saúde, de preço para essas órteses e essas próteses. No final de tudo isso, acho que teríamos que nos reunir para fazer um projeto de lei para o Ministério da Saúde, para que possa fazer a regulamentação dos preços dessas órteses.

No ano passado, o Deputado Sérgio, do PT de Sergipe, fez um projeto de lei. Esse projeto eu estou analisando, eu estou estudando. Ele foi arquivado. Está preparado, prontinho, para ir para a plenária. Não foi para a plenária porque



terminou o ano letivo, e foi arquivado por força do regulamento. Mas é um projeto de lei muito bem feito. É de um Deputado do PT de Sergipe. Se não me engano é...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Deputado Rogério Carvalho.

Eu estou estudando esse projeto e até fazendo algumas observações nele. Mas acho que deveríamos, no final de todo esse processo, analisar, estudar e fazer um projeto realmente, ou readaptar esse projeto do Deputado, para que possamos regulamentar uma tabela, para evitar que essas situações ocorram no futuro.

Só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu queria só fazer uma observação: vamos fazer os encaminhamentos e depois voltamos à discussão, porque vai começar a Ordem do Dia.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Sr. Presidente, só uma correção em relação ao Requerimento 12, de 2015.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Odorico, só 1 minutinho, por favor.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - É só uma correção, porque acho que é importante.

Aqui, em vez de ser Adelina Feijão, que é a Diretora do DENASUS, que foi uma das auditoras importantes do Ministério da Saúde sobre a questão de órteses e próteses.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Deputado Dr. João, só uma ponderação, por favor. É o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Vamos votar...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Só 1 minuto. Eu fiz requerimento solicitando que nós obtivéssemos informações mais abrangentes, não apenas das citadas na matéria do *Fantástico*, mas de todas aquelas que tinham grandes quantidades de vendas em relação às cirurgias feitas. Eu pedi a ela e acredito que em pouco tempo teremos conhecimento.

Eu pergunto a V.Exas., que irão votar: nós esperamos para convocar aquelas também citadas nesse requerimento que faço ou V.Exas. acham melhor nós pegarmos as cinco citadas e chamarmos logo?



É só uma ponderação, a ser definida por V.Exas. Porque eu acredito que nós teremos uma abrangência maior em relação ao tema. Então, fica aqui a minha ponderação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Em votação o requerimento.

O SR. DEPUTADO AUREO - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - É para encaminhar?

O SR. DEPUTADO AUREO - É sobre o Requerimento nº 10.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pode encaminhar, Deputado.

O SR. DEPUTADO AUREO - Sr. Presidente, aqui no Requerimento nº 10 — *“requer convidar o Presidente da Amil, Dr. Edson Bueno, para prestar esclarecimentos a esta CPI”* —, eu queria fazer a sugestão de incluir, porque se não ficamos fracionando, o representante da Bradesco, o representante da Sulamérica, o representante... Porque isso vai... A ideia do Relator é a de criar blocos. Não é isso? Foi uma sugestão aceita. O representante da Bradesco, da Golden, da Assim e da Sulamérica e tirar da presença do presidente, porque dentro dos planos de saúde há sempre um representante que cuida dessa área específica, para que possamos ter informações nesse bloco, especificamente, do que precisamos obter de informações.

A minha sugestão seria, para o Requerimento nº 10, colocar a Bradesco, a Golden, a Assim, a Sulamérica, a Amil, para prestarem esclarecimentos, o seu representante de fato, dessa área específica, para que possamos efetivamente ter as respostas necessárias.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Deputado Aureo, pode incluir aí no seu requerimento o plano dos Correios, do Rio de Janeiro, que só o ano passado teve um prejuízo de 7 milhões de reais. Correios do Rio de Janeiro.

O SR. DEPUTADO AUREO - Acho importante.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Para aproveitar a lembrança, quando nós fazemos alguns requerimentos — acho que também o Deputado Geraldo, o Deputado Odorico e outros Deputados aqui — e nominamos o presidente da entidade, como é um convite, acho que é produtivo — foi bem lembrado, Deputado —, para que flexibilizemos, e a entidade possa, em vez de encaminhar a representação através do seu presidente, designar um representante que esteja,



pela interpretação da entidade, mais adequado ao tema, mais apto a representar a entidade.

Então, acho que poderíamos fazer esta interpretação: que todos os convites, institucionais, para as empresas e para as entidades, pudessem estar nominados ao presidente, mas que se pudesse, por escolha da entidade, substituir o presidente por outro dirigente mais íntimo do tema.

O SR. DEPUTADO AUREO - Presidente, na fala anterior...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Vamos consultar as sugestões apresentadas pelos dois Deputados.

O SR. DEPUTADO AUREO - Sr. Presidente, que possamos incluir no requerimento as empresas que foram citadas na reportagem do jornal *Fantástico*. São sete as empresas citadas nessa reportagem. Que possamos incluir as sete empresas e votar os requerimentos em bloco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Em votação os requerimentos, com as sugestões acatadas aqui.

Os Deputados que aprovam os requerimentos com as sugestões permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Passo a Presidência ao Deputado Geraldo Resende.

O SR. DEPUTADO AUREO - Sr. Presidente, questão de ordem.

Na aprovação desses requerimentos, aprovamos as sete empresas citadas na reportagem do *Fantástico*?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - O convite, o convite. Caso elas não aceitem o convite, nós vamos fazer a convocação e aí vamos ter que fazer requerimento por requerimento.

O SR. DEPUTADO AUREO - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Devido à Ordem do Dia, gostaria de agradecer a todos — nós não temos nenhum requerimento em pauta —, convocando para a próxima semana... Vamos tentar, a partir de hoje, já acionar o repórter da *RBS TV*, para que possamos ouvi-lo na próxima terça-feira. Se acaso isso não for possível, nós vamos comunicar, se for quarta-feira.



Mas para a quarta-feira já está definida também a presença do Ministro da Saúde, Dr. Arthur Chioro.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a todos os Srs. e a todas as Sras. Deputadas que compareceram a esta sessão e que fizeram com que ela fosse bastante produtiva hoje.

Até a próxima sessão.